

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)**

Grupo de Trabalho: Movimentos sociais rurais e Estado: conflitos territoriais e lutas por direitos e reconhecimento

Novos e velhos dilemas e contradições da ação sindical no meio rural brasileiro: reflexões a partir de um estudo de caso

Elisa de Jesus Garcia

Pós-graduação de Ciências sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CPDA/UFRRJ

Novos e velhos dilemas e contradições da ação sindical no meio rural brasileiro: reflexões a partir de um estudo de caso

Elisa de Jesus Garcia

Com o objetivo de compreender de que modo se estabelecem e se legitimam os parâmetros para o exercício da ação sindical no meio rural brasileiro, esse estudo buscou investigar a trajetória de um Sindicato de Trabalhadores Rurais, fundado em 1986, no município de Muriaé, no Estado de Minas Gerais. A partir da análise dos documentos da organização e dos depoimentos coletados por meio da realização de vinte e três entrevistas com trabalhadores rurais, lideranças políticas e mediadores sociais foi possível apontar diversas limitações ao exercício da ação política que se apresentam enquanto aspectos econômicos, sociais e propriamente políticos, determinados a partir luta política, pelo campo político. A constituição de uma estrutura formal de representação política se configura como um processo a partir do qual é possível compreender essas limitações e suas consequências para a organização política de trabalhadores no meio rural brasileiro.

Introdução

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé foi fundado num período caracterizado por inúmeras mudanças no cenário das lutas e movimentos sociais no Brasil e na América Latina a partir do final dos anos 70. No meio rural, esse novo cenário político alcançou grande repercussão, principalmente, nas formas de organização política dos trabalhadores rurais. Organizações comunitárias, associações e sindicatos surgiram em diversas regiões e, de maneira especial, naquelas em que houve uma atuação mais forte da Igreja Católica e de grupos políticos de esquerda. Não obstante a existência anterior dessas organizações, sua ação nesse cenário se apresenta como parte das mudanças características do período de redemocratização do país, devido a inúmeras peculiaridades no próprio processo de sua formação, aos mediadores envolvidos, aos temas em discussão e, principalmente, ao caráter da ação dos trabalhadores rurais e sua intensa participação nesses espaços. A pesquisa se debruçou sobre o período que data do final da década de 1970, quando aconteceram as primeiras iniciativas para fundar um sindicato de trabalhadores, até os dias de hoje. Um dos objetivos do trabalho consiste em trazer à tona um conjunto de problematizações em torno da relação entre os significados, limites e

constrangimentos conferidos a ação política dos trabalhadores e a construção do papel do sindicato ao longo de sua trajetória.

O trabalho de pesquisa consistiu em duas etapas principais. A primeira compreendeu a análise das atas das reuniões e assembleias do sindicato. Embora o sindicato tenha sido constituído formalmente apenas em 1986, desde 1982 foram registrados os relatos das diversas reuniões realizadas para organizar as mobilizações e articulações políticas para sua fundação. Esses documentos contêm detalhes importantes sobre as inquietações e os anseios dos atores políticos que se envolveram nesse processo. Após a fundação do sindicato, todas as reuniões da diretoria foram registradas em atas contendo as discussões, decisões, problemas vividos pelos diretores e diretoras do sindicato. O material possui importantes informações sobre o cotidiano da organização, questões que surgiam como desafios ao sindicato, conflitos, problemas financeiros, decisões sobre representação em congressos. A análise de seu conteúdo permitiu mapear os primeiros conflitos, questões do cotidiano das organizações, decisões, estratégias de mobilização, priorização dos trabalhos, temas em discussão. Todas essas informações subsidiaram a realização das entrevistas. A segunda etapa da pesquisa compreendeu a realização de 23 entrevistas com trabalhadores (as) rurais, agricultores (as) familiares, diretores (as), funcionários (as) do sindicato. Também foram ouvidos o vice-prefeito, que exerceu seu mandato no período de formação da organização, um agente da Comissão Pastoral da Terra - CPT, um técnico do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA, somando sete mulheres e dezesseis homens. Foram entrevistados todos os presidentes do sindicato que exerceram seus mandatos desde 1986 até o momento da pesquisa. A ocupação de cargos na diretoria do sindicato não foi um critério para escolha dos entrevistados, mas principalmente foi considerado o estabelecimento de algum envolvimento com a organização sindical. Foi realizado um esforço para entrevistar aqueles que participaram ativamente do sindicato desde o processo inicial de mobilização para sua fundação.

O Pós-novo sindicalismo e os novos desafios para ação sindical

Estimulados principalmente pela Igreja e pelos grupos de oposição sindical ligados à CUT, os trabalhadores de todos os cantos fundaram e se inseriram em organizações sindicais contribuindo para a insurgência de questionamentos a toda estrutura sindical que se estabeleceu ao longo dos anos no Brasil. Muitas lideranças potencializaram sua atuação frente à oportunidade de mudança política nos rumos do país e diante da necessidade de alcançar resultados mais concretos na luta pelos direitos do homem e da mulher do campo.

Nos congressos do movimento sindical, realizados no início da década de 1980, é urgente o tema da forma de atuação junto às bases, principalmente para compensar, de alguma forma, a apatia causada pela repressão, e o tema das estratégias de atuação junto ao governo, na busca por superar a burocratização dos sindicatos gerada pelas políticas do governo militar e, ao mesmo tempo, ocupar espaços importantes nos processos de políticas públicas (MEDEIROS, 1989).

Esse panorama estimulou um processo de renovação dessas organizações, ao mesmo tempo em que trouxe a tona novos desafios e conflitos referentes à ação sindical. Não obstante um conjunto de reivindicações e princípios que indicaram uma série de reformulações pelas quais haveriam de passar os sindicatos, a partir da década de 1980, alguns estudos chamam atenção para a ocorrência de mudanças que apontam em que medida e de que forma foi possível, ou não, garantir a efetivação dos “avanços” na relação entre trabalhadores, sindicatos, Estado e grupos políticos (MARTINS, 1989; MEDEIROS, 1989; 1997; HOUTZAGER, 2004). Mais que isso, esses estudos reforçam a necessidade de estudos que procurem compreender como se estabeleceu essa dinâmica a partir desse período.

O cenário no qual se inserem os sindicatos de trabalhadores rurais na década de 1980 é marcado por contradições, ambiguidades e conflitos. Consolidados nos anos anteriores como importantes instrumentos políticos da classe trabalhadora, os sindicatos enfrentavam nesse período dificuldades referentes às práticas de representação política que permeavam a sua estrutura e à consolidação das promessas advindas com o fim da ditadura e contidas nas reivindicações do novo movimento sindical. Favareto chama atenção para o fato de que “a imagem vigorosa que se tem do novo sindicalismo, muitas vezes esconde as contradições que se acumularam ao longo da trajetória, e cujo não enfrentamento resultou em sua crise”. (FAVARETO, 2001, p. 88).

A legitimidade e a democratização dos sindicatos, abaladas desde década de 1960, continuaram enfrentando problemas ao longo desses anos relacionados não mais a repressão do Estado, embora sua intervenção ainda fosse problema, mas aos entraves existentes dentro da própria organização a nível nacional, estadual e local.

Novos e velhos dilemas e contradições da ação sindical

A partir da análise dos dados da pesquisa, evidencia-se que no Sindicato de Muriaé, cada vez mais os trabalhos de mobilização que abrangeram a fundação e a construção da legitimidade foram adquirindo novos aspectos. Embora no período inicial o grande desafio

tenha sido ganhar a confiança dos trabalhadores e torná-los conscientes da importância da organização política que deveria ser realizada por meio do sindicato, após os primeiros anos os dirigentes sindicais tinham nas mãos o compromisso de manter e fortalecer a organização fundada. A Comissão Provisória Diretora, que a partir da fundação se transformou em Diretoria Provisória do Sindicato¹, deu início, além das atividades de mobilização, a uma série de atividades próprias de uma organização sindical formalmente constituída, como reuniões mensais, intervenção direta em conflitos trabalhistas, reuniões estaduais e nacionais de organismos da estrutura sindical, organização de eventos de comemoração etc. Dos trabalhos realizados nos anos iniciais de funcionamento do sindicato aqueles que possuíram mais destaque foram as questões de saúde e direitos trabalhistas. O espaço conquistado pelo sindicato com relação às questões de saúde – por meio do seu papel de mediar a validação da carteira do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, a carteirinha do INAMPS, que garantia ao trabalhador atendimento médico e hospitalar – é muito ressaltado nos relatos dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores rurais. Principalmente porque anteriormente o acesso à saúde era um instrumento de barganha e clientelismo na relação com fazendeiros ligados ao sindicato patronal.² Não precisar mais da assinatura do patrão ou de um grande proprietário de terra para poder consultar um médico ou fazer um exame incentivou muitos trabalhadores a se filiarem ao Sindicato. Entre 1986 e 1988 a carteira do INAMPS foi um dos principais instrumentos de aproximação entre os trabalhadores e o Sindicato, o que contribuiu para o aumento da credibilidade da organização.³ Da mesma forma, a luta por direitos trabalhistas e previdenciários, representada em atos de protestos e trabalhada nas informações e esclarecimentos prestados, serviu para promover o reconhecimento do sindicato entre os trabalhadores, uma vez que logo nos primeiros anos o STR montou uma sala específica para atendimentos jurídicos.

Embora estas não tenham sido as únicas atividades ou frentes de luta da organização sindical, nos primeiros anos, elas se destacaram frente às demais. No

¹ O caráter provisório da Diretoria do Sindicato deve-se ao fato de que, embora a organização tenha sido fundada em 1986, a Carta Sindical, documento que regulariza o funcionamento do sindicato com base no seu reconhecimento pelo Ministério, só foi concedida em 1987. Só a partir de então o STR realizou sua primeira eleição elegendo através de votação uma Diretoria.

² Um dos entrevistados, o Ex-presidente do STR, José Maria Pinto da Silva, contou que para conseguir ir a um médico ou ser atendido em um Hospital que era o patrão ou dono da terra que tinha que assinar e depois de reivindicações passou a ser o sindicato quem assinava a Carterinha do INAMPS. Sobre saúde e clientelismo ver também COMERFORD, John Cunha. Op cit. p. 258.

³ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 24 de Julho de 1990. Livro de Atas, p. 1.

momento da pesquisa, quando os trabalhadores são questionados sobre quais foram as bandeiras de luta abraçadas pelo sindicato naquele período sobressai a luta por direitos, tanto direito à saúde quanto trabalhistas e previdenciários.

A organização foi tomando forma e adquirindo um perfil relacionado ao atendimento de questões específicas: saúde e direitos trabalhistas e previdenciários, conformando um perfil de atuação sindical. O envolvimento e a atuação com essas questões geram além de credibilidade, uma grande demanda de trabalhos à organização. Há, a partir de 1986, muitas observações feitas pelos dirigentes nas reuniões da diretoria quanto à dificuldade do sindicato em corresponder às expectativas dos trabalhadores que passa a procurá-lo para, questões relacionadas a diversas necessidades como acompanhamento a um médico ou ao posto do INPS. Esses pedidos muitas vezes geravam um incomodo para os diretores (as) que se preocupavam em não deixar que o sindicato se transformasse em um órgão assistencialista. Essa preocupação está relacionada à formação inicial recebida pelos diretores no período de fundação no sentido de garantir que o sindicato fosse um instrumento de representação política dos trabalhadores e não assumisse uma postura assistencialista como aquela identificada na organização em anos anteriores. O aprendizado gerado a partir dessa formação inicial irá implicar na manifestação de diversos incômodos sentidos pelos dirigentes a partir dos dilemas vividos na prática da ação sindical.

Outras observações bastante frequentes entre os diretores nos primeiros anos estão relacionadas à sobrecarga de trabalho e atividades, o que implicava, de acordo com os mesmos, em um comprometimento do tempo disponível para “ir às bases”. Consta na ata de uma reunião da diretoria do STR realizada em 24 de julho de 1990 a seguinte análise relacionada a uma avaliação da atuação do Sindicato desde sua fundação:

Temos um acúmulo de tarefas, o que em certos momentos foi negativo, pois somos poucos para atender às demandas. Na diretoria por várias dificuldades, inclusive financeira, todos não puderam participar mais intensamente. O que certamente é um desafio fazer o trabalho nas bases comunitárias e estar ao mesmo tempo envolvido com tanta coisa. Avaliamos que precisamos ir mais às comunidades.⁴

⁴SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 24 de Julho de 1990. Livro de Atas, p. 1-Verso.

Esse diagnóstico de um acúmulo de trabalho e a percepção da necessidade de ir mais às bases se transformaram em um dilema para os dirigentes sindicais já nos primeiros anos de trabalho. O reconhecimento e a credibilidade adquiridos implicaram numa dinâmica de atuação muitas vezes incompatível com o número de dirigentes e funcionários e com os recursos financeiros da organização. Diante desse contexto, a diretoria do STR começou a vivenciar as contradições existentes no trabalho sindical que colocava de dois lados distintos a demanda por trabalhos ligados ao atendimento de questões burocráticas cotidianas e a continuidade das ações de mobilização, tão caras ao movimento e que foram se tornando cada vez menos frequentes.⁵ Ao longo do tempo esse dilema foi endossado cada vez mais pela demanda dos trabalhadores, pela capacidade limitada da diretoria do sindicato e pelas escolhas feitas pelos diretores no bojo desse impasse.⁶

As dificuldades financeiras dos primeiros anos foi um elemento determinante para a definição de prioridades da ação sindical. Após a fundação, esse assunto permeou todas as reuniões realizadas pela diretoria até final dos anos de 1990.⁷ Um dos fatores ligados a essas dificuldades foi a demora para regularização sindical, que implicou na morosidade para o recolhimento do imposto sindical, apesar de o sindicato receber a mensalidade dos filiados, seu valor representava uma quantia muito pequena em relação às demandas da organização. Outro fator foi a própria natureza do público do STR, ou seja, os trabalhadores rurais, cuja maioria possuía muitas dificuldades para pagar a mensalidade sindical. Aqueles que possuíam melhores condições financeiras pagavam as mensalidades, mesmo diante da irregularidade do sindicato frente ao ministério e à estrutura sindical. Mesmo após a legalização do STR, com a possibilidade de recolher a contribuição, o imposto e a mensalidade sindical, a situação financeira não deixou de ser um problema.

As questões financeiras foram determinantes para que os diretores sindicais definissem prioridades nas ações que deveriam ser realizadas. Nem todas as expectativas geradas poderiam, portanto, ser abarcadas devido a essas limitações. Esse impasse fica evidente a partir da análise das atas. Houve uma priorização das atividades de atendimento

⁵ Ações de mobilização são ações que dizem respeito ao trabalho que é realizado junto as comunidades que possuem um caráter mais formativo também chamado de trabalho de base.

⁶ A capacidade limitada da diretoria se caracteriza pela disponibilidade de um número pequeno de diretores com disponibilidade para “trabalhar para o sindicato”. Esse número reduzido está relacionado, na maioria das vezes, às questões financeiras considerando que, como apresentado no capítulo anterior boa parte dos trabalhos realizados no primeiro ano não era remunerada. Outro fator que limitava era o número de dirigentes que possuíam habilidades como interpretar e elaborar documentos ou até mesmo agir diante de algum conflito que com frequência acontecia na sede. Esses aspectos serão mais bem tratados no próximo capítulo.

aos associados, que nesse período incluía despesas com advogados, devido às diversas questões trabalhistas que insurgiram, e despesas de ordem administrativas geradas pelos trabalhos na sede, como a emissão da carteirinha do INAMPS⁸. No que diz respeito ao pagamento dos diretores, que algumas vezes se revezavam para os trabalhos, consta em ata que poderiam receber o dia de serviço quando se dedicassem aos trabalhos sindicais. No entanto, os relatos demonstram que nos primeiros anos grande parte desses trabalhos teve caráter voluntário. Em decorrência das inúmeras despesas, muitos eventos de mobilização e formação não puderam acontecer, embora muitas demandas nesse sentido fossem percebidas pelos (as) dirigentes sindicais.⁹ As viagens para congressos, encontros, seminários, reuniões e cursos de caracteres diversos e não era mais possível que tudo fosse “pago do próprio bolso”, implicando em mais gastos. Por vezes a situação financeira limitou não só a realização de eventos e reuniões, mas também a participação dos dirigentes e lideranças em outros eventos; e gerou o afastamento de muitos que não puderam mais acompanhar ativamente a nova rotina. Os dirigentes sindicais observavam o problema, mas se viam impossibilitados de resolvê-lo devido à falta de recursos,

Discutimos a necessidade de o sindicato investir na formação de lideranças criando condições para que as mesmas possam participar de cursos e encontros para maior capacitação. Devendo o Sindicato providenciar um fundo para cobrir passagens e ainda quando possível também os dias de serviços das lideranças que estejam empenhadas em dar um retorno para as comunidades juntamente com o Sindicato. Apesar de sabermos da urgente necessidade de formação para as lideranças enfrentamos uma série de dificuldades de ordem financeira.¹⁰

Portanto, tanto a questão da saúde quanto dos direitos trabalhistas, com relação às quais o sindicato tanto entrevia quanto prestava informações e esclarecimentos, se transformaram no foco dos trabalhos e canalizaram tanto o tempo quanto recurso da

⁸ De acordo com um dos ex-presidentes, no período de fundação do sindicato muitas fazendas estavam despejando seus empregados, que na maioria das vezes saíam sem receber nenhum recurso ou pagamento, de acordo com o que lhes garantiam os direitos trabalhistas. Outros trabalhadores procuravam os sindicatos para regularizar sua situação de trabalho.

⁹ Ver SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Atas das Reuniões da Diretoria de 1986 a 1996. Livro de Atas.

¹⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata da Reunião da Diretoria do dia 05 de Agosto de 1989. Livro de Atas, p. 43.

organização. Apesar da sua importância para os trabalhadores, a gradativa diminuição do trabalho de base e das ações de formação e mobilização teve reflexos relevantes para o sindicato. Embora esses trabalhos, como a emissão carteira do INAMPS, representassem uma conquista para o sindicato, de acordo com parte dos dirigentes eles não foram capazes de gerar uma “consciência sindical” efetiva nos trabalhadores, como esperado pelos dirigentes.¹¹ Quando a partir de 1988, com a criação do SUS, a Carteirinha do INAMPS vai aos poucos deixando de ser necessária para que o trabalhador rural tenha atendimento médico, ocorre uma grande evasão de sócios e uma enorme inadimplência no pagamento das mensalidades gerando uma situação de crise e desânimo nos dirigentes sindicais.

[...] no sindicato deve ter muito arquivado ainda, tinha uma carteirinha [...] que era o INAMPS, tinha que ser sindicalizado ou ser submetido a um patrão e um patrão assinar pra você, então aquilo ali era trem que filiou gente de carro no sindicato por causa daquilo, o sindicato em oitenta e nove, noventa por aí, devia ter umas duas três mil pessoas pagando em dia, tinha muita gente, aí em noventa acabou, criou o fundo, regulamentou né, porque esse fundo é da constituição, regulamentou o fundo em noventa como regulamentou a previdência social [...] aí em noventa acabou regulamentou o SUS [...] em noventa por aí quase todo mundo deixou de pagar que aí o cara pagava seis meses, é de final de oitenta e nove até meados de noventa, pode olhar pra você ver. Em noventa e um tinha cem sócios pagando aqui, era quase só o pessoal da diretoria, então aí o sindicato ficou ruim de perna mesmo. ¹²

Em 1991, os (as) dirigentes manifestam uma preocupação diante da percepção de que os trabalhadores confundiam o sindicato com a carteirinha do INAMPS, e afirmam que “em geral os trabalhadores não reconhecem o sindicato como instrumento de luta, mas

¹¹ O termo consciência sindical, bastante utilizado por aqueles dirigentes sindicais que acompanharam todo o processo de formação do sindicato, aparece como um tipo de valorização e reconhecimento sobre o papel de representação política do sindicato. Aqueles que não possuíam consciência sindical consideravam o sindicato um local de acesso a um serviço ou como meio para se aposentar. Essa discussão está presente em todo esse capítulo e irá aparecer de modo mais detalhado nos relatos.

¹² Entrevista concedida por um ex-presidente do sindicato.

como carteira do INAMPS”, o que evidenciava a necessidade de um trabalho efetivo de formação e mobilização fosse reorganizado.¹³

Os diretores sindicais, após a fundação do sindicato, se dividiram entre a realização dos trabalhos burocráticos e a formação e mobilização junto às comunidades rurais. Então, cada vez mais nos registros das reuniões da diretoria era problematizada a questão da sobrecarga e tornava-se evidente uma agenda cada vez mais diversificada e intensa onde as ações de mobilização perdiam cada vez mais espaço. A própria pauta que era definida adquiriu um caráter baseado em questões cotidianas relacionadas ao funcionamento da sede e a decisões de cunho administrativo diferente daquele do começo dos trabalhos. Os momentos de socializações dos trabalhos de base nas comunidades foram perdendo espaço e ao passar dos anos ficou cada vez mais difícil encontrar nas Atas os relatos de exploração, as análises sobre a situação do meio rural que eram muito comuns entre 1984 e 1987.

Apesar dos efeitos negativos da queda na mobilização fossem percebidos, o que caracterizou a trajetória da organização foi uma crescente burocratização dos trabalhos e uma priorização das atividades de prestação de serviços. Por meio da análise das atas e dos relatos de alguns dirigentes fica evidente que o atendimento aos trabalhadores nas suas demandas práticas muitas vezes gerava legitimidade, mas não geravam uma valorização efetiva da organização enquanto instrumento de luta, essa valorização aconteceu de forma muito intensa entre os trabalhadores ligados aos movimentos de base, mas não se estendeu aos demais trabalhadores que se filiaram ao Sindicato após esse período inicial.¹⁴ Diante disso, a filiação e a assiduidade no pagamento dos impostos sindicais variavam de acordo com as necessidades práticas e muitas vezes momentâneas dos trabalhadores. À medida que o sindicato não mais oferecesse determinado tipo de serviço ocorria evasão e falta de recursos, como foi o caso da carteirinha do INAMPS. Logo, as inúmeras tarefas que o sindicato realizava para prestação de determinados serviços pouco contribuía para a construção de uma consciência sindical, mas, gerava uma

¹³SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ata do Encontro da Diretoria do STR de Muriaé com a participação de várias lideranças comunitárias do município para avaliação e planejamento dos trabalhos do sindicato, realizado nos dias 02 e 03 de Março de 1991. Livro de Atas, p. 5.

¹⁴ Nesse trabalho, entende-se por prestação de serviços e demandas práticas ou atividades práticas aquelas solicitações dos trabalhadores de elaboração de documentos, organização de processos trabalhistas e previdenciários e todos os demais pedidos de atendimentos que são apresentados na sede do STR e não estão relacionados a ações de formação ou a uma reivindicação e uma interferência de âmbito mais amplo como Educação, luta pela terra, organização de grupos de produção ou grupos de jovens e de mulheres.

aproximação gerada pela necessidade de um serviço. Em contraposição, a sobrecarga causada impedia a realização de um trabalho de base efetivo.

Nesse contexto, os trabalhos de rotina da organização implicaram diretamente na construção de seu papel ao longo do tempo. Após o fim do dilema da Carteirinha do INAMPS, outras questões surgem a partir de novas frentes de trabalho assumidas pela organização. Quando, a partir de 1991, com a criação da Lei 8.213¹⁵, o sindicato passa a ser um mediador nos processos de garantia dos direitos previdenciários aos trabalhadores (as) rurais, aumenta a sobrecarga de trabalho e ocorre uma nova priorização de tempo e recurso nesse sentido. Essa mediação abarcava, e ainda abarca, as funções de informar os trabalhadores, contribuir na organização da documentação necessária para que tenha acesso aos direitos contidos na lei; e ao mesmo tempo intervir junto aos órgãos públicos para que cumprissem também eles o seu papel. Essa demanda incumbia tanto os funcionários quanto os dirigentes sindicais de uma série de serviços. Um deles era a emissão da declaração que legitimava a atividade rural e servia como um comprovante que condicionava o acesso do (a) trabalhador (a) rural aos direitos trabalhistas. Essa emissão se transformou num dos principais serviços prestados pelo sindicato e ao mesmo tempo num dos principais motivos que levavam os trabalhadores em geral a filiar-se no STR e a procurar a sede.

De acordo com Comerford, durante o desenvolvimento do seu trabalho de pesquisa na região realizado em fins da década de 1990, foi possível perceber que quando os trabalhadores (as) eram indagados (as) sobre o que buscavam na sede do Sindicato, a maioria respondia que iria para se aposentar ou buscar informações sobre como deveria proceder para conseguir se aposentar; ou para “conseguir” os direitos; ou até mesmo pagar o Incra. O autor cita que,

[...] às vezes o sócio vai ao sindicato na expectativa de que o sindicato efetivamente “resolva o problema”: funcionários e dirigentes contaram que é muito comum que as pessoas pensem que é o próprio sindicato que concede o benefício previdenciário (ou que o sindicato é a agência responsável por liberar ou não o benefício que é pago pelo governo). (COMERFORD, 2003, p. 296)

¹⁵ A Lei N° 8.213 é de 24 de Julho de 1991 e dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Essa percepção trazida pelo autor mostra a importância que a mediação do sindicato em questões previdenciárias adquiriu junto aos trabalhadores, chegando a ponto de, muitas vezes, confundir o sindicato com uma agência previdenciária. Mesmo quando essa confusão, no sentido estrito do termo, não acontecia, era sempre o Sindicato, e não o Posto do INSS, o local procurado pelos sócios para organizar os documentos ou pedir orientação sobre os direitos previdenciários.

Essa confusão em relação ao papel do sindicato é ressaltada na fala tanto dos dirigentes quanto dos trabalhadores entrevistados e é percebida como um dilema, como nos relatos que seguem feitos por uma trabalhadora rural e um dirigente do movimento sindical:

[...] o pessoal tomou mais consciência parece que dos direitos né, sobre aposentadoria benefício, mas consciência mesmo do que é o sindicato eu acho que tá quase a mesma coisa. Porque o sindicato não é só pra isso, sindicato é uma ferramenta de luta né, pra chegar nesse lado, mas não é ele que... quer dizer você paga sindicato pra aposentar depois né, mas não é assim né. E eu acho que agora falta é isso pra, mais reunião nas comunidades, mais reunião de conscientização, o sindicato que, eles mesmo reconhece isso que eles envolveram muito ali, nesse lado, e não tá tendo tempo de fazer esse outro lado.¹⁶

Até hoje tem pessoa que filia ao sindicato pra aposentar, o dia que aposenta...[...] o aspecto negativo é o seguinte, primeiro que é uma coisa diferente, direito né, a carteirinha do INAMPS era um direito pra pessoa ter acesso a saúde, ela era uma ferramenta de fato né, um instrumento não é uma ferramenta, um meio, a aposentadoria por exemplo que as pessoas confundem né, estou comparando, a aposentadoria é um direito, a declaração de atividade é um meio pra chegar num direito, e o sindicato é a ferramenta pra fazer isso, e é o que acontecia na época, isso é muito negativo, o sindicato tem que fazer com que o direito venha e que a pessoa tenha acesso, que é o que aconteceu com o SUS, as pessoas teve acesso, aí deixou de

¹⁶ Entrevista concedida por uma trabalhadora rural e ex-diretora do sindicato.

participar do sindicato, então negativo isso daí tem um impacto muito ruim, muito ruim mesmo, e hoje mesmo um sindicato grande com uma qualidade igual tá hoje o de Muriaé, setenta ou oitenta por cento do povo que paga sindicato é pensando na aposentadoria, salário maternidade...¹⁷

O fato das atividades burocráticas relacionadas à prestação de serviços terem adquirido cada vez mais relevância dentro do sindicato e, em proporção, o trabalho de base ter diminuído refletiu diretamente na definição do papel do sindicato e na forma como ele era percebido pelos trabalhadores. A percepção de que “a consciência do que é sindicato está quase a mesma coisa” representa que não houve um avanço na percepção do que é o sindicato ou que, pelo menos, não se pode dizer que os sócios concebiam o sindicato como um “instrumento de luta”, mas, ao contrário, concebem-no, na percepção das lideranças sindicais entrevistadas, como um meio para conseguir determinado serviço. Fica evidente, portanto, a diferença ou o distanciamento que houve entre a concepção de sindicato trazida no bojo do seu processo de formação e a atuação que foi construída ao longo de sua trajetória, caracterizando uma inversão do papel que aqueles trabalhadores que se envolveram com a fundação do sindicato pretendiam dar à organização.

Se nos primeiros anos esse papel estava relacionado à questão do reconhecimento político dos trabalhadores rurais e da luta por seus direitos, com o passar dos anos o papel desempenhado pelo sindicato abrangeu mais a prestação de serviços e o cumprimento e a implementação da legislação. Passado o período de formação do sindicato e passadas as lutas pelas leis que na década de 1980 eram reivindicadas pelo movimento sindical, o sindicato se ocupou do papel de fazer chegar ao trabalhador essa legislação de modo a diminuir as atividades relacionadas à reivindicação de novos direitos ou até mesmo de dar prosseguimento a reivindicações ainda não atendidas.

A diminuição dos eventos de caráter reivindicatório, bem como a sobreposição de atividades burocráticas em relação às atividades de formação, de reuniões técnicas sobre as reuniões de comunidades, são exemplos dessa inversão de papéis. Diante disso, muitas bandeiras de luta que foram levantadas nos primeiros anos do movimento não tiveram lugar privilegiado na agenda do movimento sindical como Educação do Campo, Juventude Rural

¹⁷ Entrevista concedida por um ex-presidente do sindicato.

e Reforma Agrária.¹⁸ Como consequência, houve um enfraquecimento das ações relacionadas a esses temas, percebido por meio da descaracterização da Escola Família Agrícola do município, que desde 1989 já dava sinais de diminuição nos trabalhos e possibilidade de fechamento, também a questão da posse da terra que se resumiu as primeiras denúncias do início da década de 1980, mas não foi pauta de nenhuma das reuniões da diretoria do sindicato até o período analisado, embora existam inúmeros casos de trabalhadores rurais sem acesso à terra filiados ao sindicato.¹⁹

Ao mesmo tempo em que a diminuição do trabalho de base aparece como uma consequência da burocratização dos trabalhos sindicais é também percebida como uma causa dos problemas que há na concepção do sindicato pela maioria dos trabalhadores e agricultores filiados. Essa relação inversa entre prestação de serviços e realização de trabalhos de base, ao mesmo tempo em que foi percebida pelos dirigentes sindicais membros da diretoria, foi também sentida pelos trabalhadores rurais, principalmente aqueles que se envolveram com as primeiras atividades de formação do sindicato e conheceram os anseios que permearam a busca pela constituição da organização. Para esses é clara a relação que há entre a ausência de atividades de formação e de mobilização com essa distorção/confusão que há em relação ao papel do sindicato principalmente no nível das comunidades. Na maioria dos relatos, ao final de uma análise sobre os anos de atuação do sindicato, há sempre alguns elementos relacionados a esse assunto que se repetem: a falta de atividades ou queda nas atividades junto às comunidades, a percepção distorcida que há sobre o papel do sindicato e a necessidade de se retomar um trabalho de base mais sistemático. Há também uma percepção de que devido a essa distorção os trabalhos do sindicato adquiriram um caráter assistencialista entre aqueles que não adquiriram uma consciência sindical.

De acordo com um dirigente sindical,

[...] a maior parte dos trabalhadores eles tem o sindicato pra assistencialismo, pra aposentar, pra receber auxílio doença, auxílio maternidade, tem muita gente que fala assim eu vou fazer uma... vou filiar no sindicato lá, e aí você tem que explicar pra ele olha não o sindicato começou a aposentar e é uma luta de classe, de organização e a gente vai explicando isso, mas ainda mesmo nessa

¹⁸ A bandeira relacionada aos direitos das mulheres trabalhadoras rurais, só adquiriu destaque em fins da década de 90.

¹⁹ Ver SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURIAÉ. Ficha dos Sócios. 1986 a 2008.

*data que nós estamos hoje nós temos muita gente hoje que tem o sindicato só como ferramenta de assistencialismo, não pensa o sindicato como ferramenta de luta dos trabalhadores, de organização dos trabalhadores, mas pensa muito essa questão de assistencialismo: 'ah, se eu num preciso disso pra quê que eu vou acompanhar sindicato?'(...) e isso atrapalha, porque se as pessoas entenderem sindicato o que é realmente o sindicato as pessoas não pensavam dessa forma, eles aposentava continuava pagando o sindicato, porque é uma luta, ele aposentou, mas ele tem filho ele tem neto, é uma luta de classe, então o fato dele ter aposentado, não significa que ele precisa de abandonar o sindicato não, porque é uma luta de classe né, então as pessoas ainda confundem, agora eu acho que isso é consequência as vezes de falta de mais trabalho de base, mais trabalho de base pra esclarecer mais o trabalhador.*²⁰

Portanto, todo esse processo de burocratização redefiniu o papel do sindicato, de modo a aproximá-lo de uma prática tão temida nos primeiros anos de trabalho: o assistencialismo. Desde o início era conhecida a tendência que havia na organização sindical em cair nesse tipo de *mal*. Já nas primeiras reuniões com os trabalhadores, como foi colocado no capítulo anterior, os mediadores que atuaram nos trabalhos iniciais de formação, principalmente ligados à CPT e à CUT chamavam a atenção para o assistencialismo enquanto uma contraproposta.

Considerações finais

Nesse contexto, alguns aspectos podem ser elucidados em relação a características que permearam a trajetória das organizações sindicais no Brasil. O legalismo, a ação política baseada em aspectos legais, foi apontado pela literatura como característica da ação sindical no Brasil. Principalmente a partir dos anos 60, com o Estatuto do Trabalhador Rural, os sindicatos se instituíram como organizações cuja atuação se dava dentro de parâmetros legais. De modo mais específico, alguns autores reforçam que não apenas agiam dentro da lei mais contribuíam para que a legislação como era definida e ancorada no Estado fosse de fato aplicada, para que o marco legal definido pelo Estado para o

²⁰Entrevista concedida por um trabalhador rural, sociofundador e ex-diretor do sindicato.

trabalho e as formas de vida no campo chegasse ao trabalhador, pouco contribuindo nesse período para que houvesse, pelo contrário, uma ação no sentido de garantir que o Estado, por meio de seu aparato jurídico reconhecesse a diversidade e complexidade das relações de trabalho e modos de vida no meio rural.

A forte atuação dos sindicatos na questão dos direitos era colocada pela literatura como característica de um processo de institucionalização e aparelhamento dos sindicatos. Fazer cumprir um direito foi em certa medida fazer chegar a presença do Estado no meio rural (HOUTZAGER, 2004). Dentro desse papel e dessa estratégia de ação dos sindicatos significou que a legitimidade da representação política exercida a partir dessas organizações fosse questionada. De modo que uma das principais bandeiras do movimento que surgiu pela renovação do sindicalismo no Brasil, no final da década de 1970, tinha como reivindicação uma atuação sindical menos atrelada ao Estado e mais reivindicativa no sentido de buscar conquistar novos direitos e estabelecer novas formas de ação política diferentes daquelas orientadas a partir de velhos parâmetros. A negação do assistencialismo, enquanto forma de agir baseada na prestação de serviço e assistência ao trabalhador rural, aparece como o oposto de uma ação sindical autêntica que se pretendesse ancorada nas reais demandas e necessidades dos trabalhadores. Esse discurso, que orientou a formação de inúmeros sindicatos principalmente no meio rural nos anos 80 e pode ser facilmente percebido na fala dos trabalhadores, indicava a orientação, trazida no bojo do novo sindicalismo, de que os sindicatos assumissem um papel político, de representação política em contraposição ao papel social atribuído a essas organizações pelo Estado desde a década de 1940 (MEDEIROS, 1997).

Ao analisar a trajetória do sindicato de Muriaé, algumas dessas questões aparecem de modo mais claro e nos permitem compreender de que modo foram vivenciadas pelos trabalhadores que se tornaram diretores sindicais e em que medida as ações no bojo dessa trajetória indicam as possibilidades de superação de um determinado padrão de ação sindical apontado como desviante e inadequado pela literatura em determinado momento da história.

A percepção de que o assistencialismo se tornou uma característica da ação sindical aponta em alguns sentidos. Primeiro, aparece como uma preocupação recorrente dos diretores sindicais ao longo dos anos, principalmente os anos iniciais. Segundo, a prestação de determinados serviços e o envolvimento com ações identificadas como assistencialistas, eram muitas vezes uma luta do sindicato enquanto luta pelo reconhecimento da categoria política e enquanto organização legítima de representação dessa categoria. Prestar um

serviço, na fala dos diretores, significava fazer chegar ao trabalhador um direito que ao longo da história havia sido negado, em grande medida, porque não havia um instrumento que proporcionasse seu acesso. Emitir a carteirinha do INAMPS, validar a declaração de atividade rural, fazer mutirão de documentação eram ações que representavam ao mesmo tempo o cumprimento de um papel reconhecido como legítimo e identificado como contraditório e perigoso pelos diretores. Prestar um serviço incomoda à medida que passa a se tornar sinônimo da ação exercida por meio do sindicato, ou seja, à medida que o sindicato deixa de ser visto como instrumento de luta e perde a dimensão política de sua ação, ligada ao caráter de reivindicação e busca de novos direitos. Uma análise mais detida da trajetória da organização permitiu identificar, entretanto, as implicações decorrentes da intensa dedicação dos diretores a prestação de serviços apesar de todos esses dilemas.

Outro aspecto diz respeito a relação entre o sindicato e outros agentes políticos. No contexto de surgimento do sindicato, uma questão muito presente nas discussões orientadas a partir do novo sindicalismo era o peleguismo. O sindicato pelego era aquele sindicato que fazia alianças com qualquer agente político visto como inimigo dos trabalhadores seja com o governo ou com o patrão. Nesse cenário a preocupação era o histórico de cooptação com o Estado que havia caracterizado a trajetória dos sindicatos, mais que isso, tal preocupação reforçava a importância do protagonismo e da autonomia dos trabalhadores rurais no processo de constituição da organização sindical. Ser pelego significava antes de tudo uma deformação no exercício da representação política dos trabalhadores rurais.

As interpretações dos diretores indicam as mudanças que ocorreram no cenário político e que influenciaram nas concepções sobre a ação sindical. As ações e relações que caracterizariam o sindicato como pelego se inserem em um novo contexto em que estas não são mais consideradas pelos dirigentes como negativas quando relacionadas à legitimidade e autenticidade da organização. A mudança de postura e uma certa modernização do conceito de pelego se colocam como necessidades percebidas por esses trabalhadores rurais dirigentes sindicais a partir da trajetória de organização sindical. Nos relatos, fica clara a ideia de que o estabelecimento de relações com governos locais e a atuação em serviços em colaboração com o Estado foram necessários para manter a organização.

A afirmação de que se a análise da ação sindical fosse feita tendo como parâmetro o conceito de peleguismo como ele foi concebido nos anos 80 hoje os dirigentes estariam *pelegando à doído* remete ao reconhecimento de que houve um certo distanciamento

entre as expectativas que permearam o processo de fundação da organização e as reais condições do exercício da ação sindical ao longo do tempo. Em outra fala de um ex-presidente do sindicato essas mudanças e distanciamentos são reforçados,

Essa questão de ter que organizar o sindicato como uma empresa(...) há uma necessidade cada vez maior de quem quiser continuar como uma instituição independente você ter que ser como uma empresa, e isso atrapalha porque você perde finalidade, você ter hoje uma estrutura igual a de Muriaé aí, com arrecadação de quase duzentos mil reais por ano, mas você ter que gastar ela quase todinha pra você fazer cartão de produtor. Quem tinha que fazer cartão de produtor? Não era um órgão governamental? Pra você ter que fazer PRONAF, não é o Banco do Brasil que tá recebendo esse dinheiro pra ele, pra você atender previdência né. No meu raciocínio aqui eu penso que o direito tá lá e lá tem um agente da previdência que era pra atender as pessoas, mas vai lá pra ver se atende, então o sindicato teve que profissionalizar mesmo, profissionalizar mesmo, então nós viramos um escritório de contabilidade, viramos agência previdenciária, viramos agência de crédito com a questão do PRONAF, e sobrou muito pouco tempo, muito pouco infraestrutura pra nós fazermos a parte de sensibilização do povo e pensar estratégia.²¹

Na fala do dirigente, a *profissionalização* fruto da necessidade de organizar o sindicato enquanto uma *empresa* fez com que o mesmo perdesse sua finalidade e se transformasse em uma agência de atendimento e de serviços de responsabilidade do Estado. Na fala do ex-presidente, que atua da direção do sindicato a mais de quinze anos, essa inversão ocorre devido a necessidade do sindicato em ser independente. Ao longo dos anos, a dedicação à prestação de serviços proporcionou ao sindicato um aumento da arrecadação de recursos financeiros e foi o caminho para essa independência.

Nos relatos, os diretores afirmam haver uma negligência do Estado, que ao não cumprir seu papel com o trabalhador impõe essa tarefa ao sindicato, que diante das inúmeras demandas precisou se adaptar. Essa adaptação, de acordo com o dirigente sindical é que burocratiza a organização e torna necessária a profissionalização no

²¹ Entrevista concedida por um ex-presidente do sindicato.

sindicato. Em parte importante dos relatos, o sindicato aparece como o único instrumento dos trabalhadores para resolver diversas questões, principalmente àquelas relacionadas aos direitos trabalhistas e previdenciários. Nesse contexto, o papel assumido pelo sindicato é associado pelos diretores sindicais ao vazio deixado pelos órgãos públicos em que o sindicato era sempre a organização procurada pelo trabalhador. Possuir independência significa ter condições de prestar ao trabalhador um serviço e promover o acesso a uma política que não seria possível fora do sindicato.

Referências Bibliográficas

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e Contra-Utopia: Movimentos Sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

FAVARETO, Arilson. **Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 21, nº. 62, p.27-45, out/2006.

_____. **Agricultores, trabalhadores: estudo sobre a representação política dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT**. Campinas, Dissertação de mestrado, IFCH/Unicamp.

GRZYBOWSKY, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

HOUTZAGER, Peter. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil Rural (1964-995)**. Tradução Graziela Schneider. São Paulo: Globo, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Caminhada no Chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MEDEIROS, Leonilde . **História dos Movimentos Sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Trabalhadores Rurais, agricultura familiar e organização sindical**. Revista São Paulo em Perspectiva, 11(2), p. 65-72, abril-junho/1997.

_____. **Os trabalhadores do Campo e desencontros nas lutas por direitos**. In: CHEVITARESE, André Leonardo. (Org.)O campesinato na História. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os Direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.